



Inclusão e exclusão na Educação de Jovens e Adultos do Campo e a Alfabetização Contextualizada

Inclusion and Exclusion in Rural Youth and Adult Education and Contextualized Literacy

Sonia Aparecida Barbosa Pinto

Mestra em Ciências da Educação pela Universidad del Sol (UNADES), Paraguai e professora na Rede Municipal de Educação de Caldas Novas, Goiás. <http://lattes.cnpq.br/4791173532624396>

Resumo: A presente pesquisa analisa os processos de inclusão e exclusão educacional na Educação de Jovens e Adultos do Campo, com ênfase na alfabetização como prática pedagógica contextualizada e socialmente comprometida. Parte-se da compreensão de que o campo se constitui como território de produção de saberes, cultura e identidade, e de que os sujeitos da EJA carregam trajetórias formativas marcadas por interrupções e desigualdades históricas de acesso à escolarização. Nesse contexto, a alfabetização ultrapassa a mera decodificação da escrita e assume a dimensão de prática social e política, voltada ao reconhecimento das experiências de vida, do trabalho e das tradições das comunidades rurais. Com abordagem qualitativa e caráter bibliográfico, o estudo fundamenta-se em autores que discutem a Educação do Campo, a Educação de Jovens e Adultos, os saberes da experiência e a formação cidadã, destacando a mediação docente e a articulação entre teoria, prática e território. Os resultados indicam que práticas alfabetizadoras que valorizam os saberes locais favorecem a permanência escolar, o fortalecimento da autonomia intelectual e a construção do pertencimento social dos educandos, contribuindo para a superação de mecanismos de exclusão educacional. Conclui-se que a alfabetização contextualizada na EJA do Campo configura-se como caminho promissor para a inclusão educacional e para a transformação social, ao reconhecer o território como espaço educativo e os sujeitos do campo como protagonistas de seus processos formativos.

Palavras-chave: educação de jovens e adultos do campo; alfabetização; inclusão educacional; saberes do território; práticas pedagógicas contextualizadas.

Abstract: This study analyzes processes of educational inclusion and exclusion in Rural Youth and Adult Education, with emphasis on literacy as a contextualized and socially committed pedagogical practice. It is grounded in the understanding of the rural context as a territory of knowledge production, culture, and identity, and of Youth and Adult Education learners as subjects whose educational trajectories have been marked by historical inequalities and interruptions in schooling. In this perspective, literacy goes beyond the mere decoding of written language and is conceived as merged social and political practice aimed at recognizing life experiences, work practices, and cultural traditions of rural communities. Adopting a qualitative and bibliographic approach, the study draws on theoretical contributions addressing Rural Education, Youth and Adult Education, experiential knowledge, and citizenship education, highlighting the role of teacher mediation and the integration of theory, practice, and territory. The findings indicate that literacy practices grounded in local knowledge foster school retention, strengthen learners' intellectual autonomy, and enhance social belonging, thereby contributing to the overcoming of educational exclusion. It is concluded that contextualized literacy in Rural Youth and Adult Education represents a promising pathway toward educational inclusion and social transformation, as it acknowledges the territory as an educational space and rural subjects as protagonists of their own learning processes.

Keywords: rural youth and adult education; literacy; educational inclusion; territorial knowledge; contextualized pedagogical practices.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) configuram-se, historicamente, como modalidades educacionais atravessadas por intensos processos de exclusão social, política e pedagógica. Ambas emergem como respostas às desigualdades estruturais que marcaram o acesso à escolarização no Brasil, sobretudo entre sujeitos cujas trajetórias de vida foram interrompidas por condições socioeconômicas adversas, pelo trabalho precoce, pela migração e pela ausência de políticas públicas educacionais contínuas. Quando articuladas, a EJA e a Educação do Campo revelam um cenário ainda mais complexo, no qual a negação do direito à educação se soma às desigualdades territoriais e culturais vivenciadas pelas populações rurais.

No contexto da EJA do Campo, a escola assume uma função que extrapola a mera transmissão de conteúdos escolares. Trata-se de um espaço de reconhecimento de trajetórias marcadas pela exclusão educacional, mas também de valorização de saberes construídos no trabalho, na convivência comunitária e nas experiências de vida dos sujeitos do campo.

Esses saberes, frequentemente invisibilizados pelos currículos tradicionais, constituem uma base fundamental para a construção de práticas pedagógicas contextualizadas, capazes de promover a inclusão educacional de jovens, adultos e idosos historicamente afastados do sistema formal de ensino.

A alfabetização, nesse contexto, não pode ser compreendida como um processo técnico restrito à decodificação da linguagem escrita. Ao contrário, ela se configura como prática social e política, diretamente relacionada ao exercício da cidadania e ao reconhecimento dos sujeitos como produtores de conhecimento.

Na EJA do Campo, alfabetizar implica dialogar com as experiências de trabalho agrícola, com as narrativas orais, com as memórias coletivas e com os modos de vida que estruturam o cotidiano rural. Quando desconsidera essas dimensões, a escola tende a reproduzir mecanismos de exclusão, reforçando o distanciamento entre o conhecimento escolar e a realidade dos educandos.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível refletir sobre práticas pedagógicas que enfrentem a exclusão educacional por meio da valorização dos saberes do campo e das experiências sociais dos sujeitos da EJA. A articulação entre Educação do Campo e EJA permite compreender a alfabetização como um processo de inclusão social, no qual ler e escrever significam também interpretar o mundo, posicionar-se criticamente diante da realidade e reivindicar direitos historicamente negados.

Tem-se como objetivos gerais analisar como a literatura científica aborda os processos de inclusão e exclusão educacional na Educação de Jovens e Adultos do

Campo, considerando as relações entre cultura, território e saberes da experiência como fundamentos do processo educativo; examinar de que modo as práticas de alfabetização desenvolvidas na EJA do Campo, quando contextualizadas e ancoradas nos saberes do território, contribuem para a permanência escolar, a autonomia intelectual e o reconhecimento identitário dos educandos; e compreender como a formação cidadã se constrói no âmbito da EJA do Campo por meio de práticas pedagógicas que articulam educação, trabalho, território e justiça social, evidenciando seus limites, desafios e potencialidades no enfrentamento da exclusão educacional.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e caráter bibliográfico, fundamentada em estudos que discutem a Educação do Campo, a EJA, a alfabetização e os saberes populares. A análise teórica busca evidenciar como práticas educativas contextualizadas podem atuar como estratégias de enfrentamento da exclusão educacional, especialmente em contextos rurais marcados por desigualdades históricas.

Ao articular Educação do Campo e EJA, este trabalho reafirma a necessidade de uma pedagogia comprometida com a justiça social, com o reconhecimento das identidades culturais e com a garantia do direito à educação ao longo da vida. A alfabetização, compreendida nessa perspectiva, assume centralidade como instrumento de inclusão, emancipação e transformação social.

REVISÃO DA LITERATURA

Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos: Cultura, Território e Processos de Inclusão e Exclusão Educacional

A compreensão da cultura do campo como base do processo educativo exige reconhecer que o conhecimento se constitui nas relações estabelecidas entre as pessoas, o trabalho e o território. No contexto da Educação de Jovens e Adultos do Campo, essa compreensão adquire relevância ainda maior, uma vez que os sujeitos que retornam à escola carregam trajetórias de vida marcadas pela exclusão educacional e pela construção de saberes fora dos espaços escolares formais. A escola do campo, ao valorizar os modos de vida e as experiências das comunidades rurais, afirma-se como espaço de produção de conhecimento e não apenas de transmissão de conteúdo.

Tal perspectiva implica reconhecer o cotidiano como fonte legítima de aprendizagem, capaz de revelar identidades, práticas e memórias que constituem os educandos jovens e adultos. Quando a educação parte dessas vivências, o ensino deixa de assumir caráter impositivo e passa a constituir um processo dialógico entre diferentes saberes.

A cultura do campo configura-se como um conjunto dinâmico de tradições, valores e formas de trabalho que expressam a relação histórica entre os sujeitos

e a terra. Essa herança simbólica orienta a maneira como os indivíduos aprendem e se relacionam com o mundo, devendo ser incorporada às práticas pedagógicas.

Na Educação de Jovens e Adultos do Campo, a valorização dos saberes da agricultura familiar, das festas regionais e da oralidade popular possibilita a construção de uma educação contextualizada, próxima da realidade dos educandos e promotora de pertencimento. Ao reconhecer o valor dos saberes empíricos, o processo educativo adquire sentido e favorece a formação de sujeitos conscientes de sua história e de sua inserção social.

O diálogo entre o conhecimento científico e a experiência popular contribui para a construção de uma aprendizagem crítica, na medida em que permite aos educandos reconhecerem sua cultura como campo legítimo de produção intelectual. Quando o ensino incorpora temas relacionados à sustentabilidade, ao cooperativismo e à identidade local, amplia-se o horizonte formativo e estimula-se a reflexão sobre os desafios vivenciados no território rural. Essa articulação entre teoria e prática converte a escola da EJA do Campo em espaço de investigação coletiva, no qual o conhecimento se constrói em estreita relação com a vida cotidiana e com as práticas sociais dos sujeitos.

A Educação do Campo deve ser compreendida como um projeto político e cultural comprometido com a emancipação das comunidades rurais. Silva, Vargas e Ferreira (2022) assinalam que as práticas educativas precisam enfrentar as desigualdades estruturais e históricas que configuraram o espaço rural brasileiro, reafirmando a escola como lugar de resistência e transformação social.

Gramsci (1987) acrescenta que essa dimensão política se expressa no reconhecimento do trabalhador do campo como sujeito de saber, capaz de produzir conhecimento e intervir criticamente na realidade. No âmbito da Educação de Jovens e Adultos do Campo, essa perspectiva contribui para romper com currículos descontextualizados e com modelos urbanos de ensino, fortalecendo a identidade coletiva e o desenvolvimento local.

A pedagogia do campo, articulada à EJA, demanda a valorização do trabalho coletivo, da solidariedade e do diálogo como princípios formativos. Quando o conhecimento é construído de forma compartilhada, fortalecem-se vínculos de cooperação que contribuem para a coesão das comunidades rurais.

A prática educativa, nesse contexto, deve incentivar o sentimento de pertencimento e promover uma postura crítica diante das contradições sociais que atravessam o meio rural. Ao aproximar cultura e educação, o campo deixa de ser compreendido como espaço de carência e passa a ser reconhecido como território fértil de saberes, no qual a escola atua como mediadora entre tradição e transformação social.

Para Lima e Piatti (2022, p. 132):

A valorização dos saberes locais depende da formação docente contínua e da escuta sensível das comunidades. Professores do campo precisam compreender que ensinar é também um ato de pesquisa, no qual se investigam as histórias e os valores da região em que se atua.

Essa postura investigativa contribui para que o educador atue como sujeito ativo do processo cultural, ampliando sua capacidade de planejar práticas pedagógicas coerentes com a realidade da Educação de Jovens e Adultos do Campo. Ao assumir a mediação cultural como princípio, a escola se consolida como espaço de produção de conhecimento, favorecendo a autonomia intelectual e o reconhecimento das identidades rurais.

O fortalecimento da cultura do campo no currículo da EJA possibilita que os educandos reconheçam o valor social de suas origens e de suas trajetórias de vida. A articulação entre tradição e inovação amplia a compreensão do mundo e incentiva o compromisso com o desenvolvimento sustentável.

As experiências agrícolas, a convivência comunitária e as narrativas orais assumem caráter pedagógico, contribuindo para a construção de valores como respeito, trabalho coletivo e solidariedade. Nesse sentido, a alfabetização e o letramento adquirem novos significados, ao articular a leitura da palavra à leitura do território e da própria história dos sujeitos.

A educação que se fundamenta na cultura do campo favorece a formação de sujeitos críticos, criativos e conscientes de sua inserção histórica na coletividade. Silva, Vargas e Ferreira (2022) sustentam que o processo educativo assume caráter emancipador quando reconhece o saber como construção coletiva, originada das interações humanas e das práticas sociais.

Lima e Piatti (2022) complementam que o diálogo entre ciência e experiência popular deve orientar o trabalho docente, assegurando a valorização dos saberes tradicionais e a integração entre conhecimento acadêmico e vivência comunitária. Nessa perspectiva, a escola da EJA do Campo, ao se enraizar na cultura de seu território, contribui para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e plural.

Por fim, compreender a cultura do campo como ponto de partida para o processo educativo implica defender a escola como espaço de memória, identidade e transformação social. O ensino que dialoga com as práticas culturais rurais fortalece os vínculos entre comunidade e conhecimento, promovendo o desenvolvimento humano integral.

Essa concepção reconhece o campo como território de produção de saberes e sustenta uma pedagogia crítica capaz de articular o local e o universal. Assim, a educação inspirada na cultura do campo consolida-se como exercício de cidadania e como horizonte de esperança para os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos do meio rural.

Alfabetização na Educação de Jovens e Adultos do Campo: saberes da experiência e inclusão educacional

As práticas de alfabetização que valorizam os saberes locais partem do princípio de que aprender a ler e a escrever é também aprender a compreender o mundo em que se vive. No contexto da educação do campo, essa compreensão se constrói a partir das experiências cotidianas, dos modos de falar, das histórias e das tradições das comunidades rurais.

A alfabetização, portanto, precisa transcender a mera decodificação de letras, transformando-se em instrumento de reconhecimento cultural e de fortalecimento da identidade coletiva. Ensinar nesse contexto implica respeitar os ritmos de aprendizagem e incorporar a realidade concreta dos estudantes, reconhecendo o valor pedagógico de suas vivências.

Essa compreensão dialoga com a perspectiva freireana, segundo a qual o processo de alfabetização não se restringe à aprendizagem do código escrito, mas envolve a leitura crítica da realidade vivida pelos sujeitos. Para Freire (1996), aprender a ler e a escrever implica problematizar o mundo, refletir sobre as condições concretas de existência e reconhecer-se como sujeito histórico capaz de intervir na realidade.

Nessa direção, a alfabetização na Educação de Jovens e Adultos do Campo assume caráter dialógico e político, ao partir das experiências, do trabalho e da cultura dos educandos, contribuindo para a superação de práticas educativas excludentes e para a construção da consciência crítica.

O processo de alfabetização nas escolas do campo requer metodologias que sejam sensíveis às condições socioculturais dos educandos jovens e adultos e ao contexto em que vivem. Schiavini (2017) observa que, quando o professor considera o cotidiano, os costumes e os saberes comunitários, a leitura e a escrita passam a assumir sentido concreto, aproximando-se da vida e das necessidades reais dos alunos.

Essa abordagem rompe com o modelo tradicional centrado em cartilhas padronizadas e favorece uma alfabetização dialógica, em que o texto nasce das experiências, das memórias e da cultura do próprio sujeito. Dessa forma, o ensino integra palavra e território, consolidando o letramento como prática social viva e significativa.

Alfabetizar jovens e adultos em contextos rurais requer uma escuta atenta e sistemática das formas de linguagem e comunicação que circulam nas comunidades, uma vez que essas manifestações expressam modos singulares de compreender, narrar e interpretar a realidade. As narrativas orais, as cantigas, os provérbios e os registros do trabalho agrícola constituem repertórios simbólicos que condensam experiências históricas, valores culturais e saberes construídos ao longo das trajetórias de vida dos sujeitos do campo.

Ao incorporá-las às práticas pedagógicas, o professor desperta o interesse dos alunos e cria um ambiente de aprendizagem afetivo e participativo. Essa aproximação entre linguagem e cultura amplia a noção de texto e reforça a ideia de que a escola é espaço de diálogo entre tradição e inovação.

Alfabetizar, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos do campo, requer uma escuta atenta às formas de linguagem e comunicação presentes nas comunidades do campo. As narrativas orais, as cantigas, os provérbios e os registros do trabalho agrícola constituem expressões legítimas de leitura do mundo e revelam diferentes modos de compreender a realidade.

Quando essas manifestações culturais são incorporadas às práticas pedagógicas, o processo de alfabetização torna-se mais significativo e envolvente, fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade. A integração entre linguagem e cultura amplia a noção de texto e reafirma a escola como espaço de diálogo permanente entre tradição e inovação.

O processo de alfabetização deve promover a autonomia dos educandos jovens e adultos que escrevem, estimulando a autoria e o protagonismo em suas produções textuais. Chagas e Pasuch (2016, p. 1580) destacam que, “quando os alunos da EJA escrevem a partir de suas experiências e contextos, o aprendizado se torna mais significativo e duradouro, pois a escrita passa a representar a própria identidade”.

Segundo Lima e Piatti (2022, p. 7): “Esse tipo de prática fortalece a autoestima e a confiança do estudante, transformando a leitura e a escrita em instrumentos de expressão e emancipação”. O trabalho com relatos de colheita, cartas ou pequenos diários favorece o desenvolvimento de competências de leitura crítica e interpretação, convertendo a alfabetização em um processo coletivo no qual cada sujeito se reconhece como produtor de cultura e participante da construção do saber.

A valorização dos saberes locais no ensino da leitura e da escrita contribui para a integração entre escola e comunidade. Quando o educador planeja atividades a partir de temas significativos como as festas regionais, o plantio e a colheita, ou as histórias dos moradores, cria um elo entre conhecimento escolar e vida social. Essa relação estimula o envolvimento das famílias e transforma o ato de alfabetizar em prática comunitária. A escola passa a ser reconhecida como centro de troca de experiências e de preservação da cultura, fortalecendo laços de solidariedade e cooperação.

A alfabetização que se desenvolve em diálogo com o ambiente e com a cultura do campo assume papel essencial na formação de sujeitos jovens e adultos conscientes e socialmente participativos. Ao integrar o estudo da natureza, das práticas agrícolas e das histórias locais, a escola promove uma aprendizagem que conecta o ato de ler e escrever ao pertencimento e ao cuidado com o território.

As atividades que envolvem observação da paisagem, registro das vivências e reflexão sobre o uso sustentável dos recursos naturais estimulam o olhar crítico e ético dos estudantes. Assim, o processo educativo torna-se também uma prática de valorização da vida e de compromisso com as gerações futuras.

A incorporação dos saberes locais no processo de alfabetização da EJA ainda enfrenta desafios, como a falta de formação específica de professores e escassez de materiais contextualizados. Essas limitações incidem diretamente sobre a permanência dos educandos da EJA do Campo, reforçando processos históricos de exclusão educacional. Alves e Zanotto (2019, p. 137) ressaltam que “muitos educadores formados em contextos urbanos encontram dificuldades para compreender e valorizar as práticas culturais do campo”, o que limita o potencial emancipador da educação rural.

De acordo com Costa e Batista (2021, p. 8), superar essa lacuna “requer políticas públicas que incentivem a formação continuada e assegurem autonomia pedagógica às escolas do campo”. Investir em processos formativos e em diretrizes que considerem as especificidades territoriais é essencial para consolidar práticas pedagógicas contextualizadas e socialmente comprometidas.

Ao compreender a alfabetização como prática social, a escola do campo contribui para o fortalecimento da cidadania e da autoestima dos sujeitos rurais. A leitura e a escrita tornam-se instrumentos de expressão, resistência e transformação, permitindo que os alunos reflitam sobre sua própria história. O diálogo entre o saber local e o conhecimento científico amplia horizontes e gera novas formas de pertencimento. Assim, a alfabetização, quando enraizada na cultura do campo, cumpre sua função libertadora e humanizadora.

As práticas de alfabetização que valorizam os saberes locais reafirmam que aprender é um ato de construção coletiva na EJA do Campo. De acordo com Schiavini (2017, p. 128): “Quando o professor reconhece o potencial educativo da vida cotidiana, o ensino ganha sentido e transforma-se em experiência de partilha e criação”.

Essa concepção integra tradição e contemporaneidade, palavra e território, leitura e identidade. Ao promover o encontro entre escola e comunidade, a alfabetização torna-se ponte entre o passado e o futuro, reafirmando o papel do campo como espaço de produção de saberes e de afirmação da dignidade humana.

Dessa forma, alfabetizar no campo é mais do que ensinar letras: é semear sentidos, cultivar histórias e colher consciência. Quando a leitura e a escrita dialogam com a vida e o território, o processo educativo floresce em liberdade e pertencimento. Essa é a essência das práticas que unem escola, comunidade e cultura local, práticas que não apenas ensinam a ler o mundo, mas a transformá-lo com sensibilidade e responsabilidade.

Formação cidadã na EJA do Campo: Educação, Território e Justiça Social

A EJA do Campo contribui para a constituição de sujeitos sociais ao favorecer a participação coletiva e o fortalecimento dos vínculos comunitários, especialmente entre educandos que tiveram suas trajetórias escolares interrompidas por processos históricos de exclusão educacional.

Para jovens, adultos e idosos do meio rural, o retorno à escola representa não apenas a retomada da escolarização formal, mas também a possibilidade de reconstrução do pertencimento social e do reconhecimento de suas experiências de vida como saberes legítimos.

Nesse contexto, a escola da EJA do Campo configura-se como espaço de convivência, diálogo e organização coletiva, no qual a aprendizagem se articula às práticas sociais, ao trabalho e à vida comunitária, ampliando a compreensão da educação como direito e como instrumento de cidadania.

A escola do campo deve ser compreendida como espaço de humanização e não apenas de instrução. Alves e Zanotto (2019, p. 137) afirmam que o papel da educação rural está em “resgatar a dignidade do trabalhador do campo e promover o respeito às suas formas de vida e cultura”.

Segundo Costa e Batista (2021, p. 8), é preciso que o ensino fomente o pertencimento e estimule o diálogo entre saberes locais e reflexão crítica, construindo experiências éticas e políticas de aprendizado. Essa visão destaca que a formação cidadã se consolida por meio da solidariedade e da cooperação, transformando a aprendizagem em um processo vivo de emancipação.

A educação do campo contribui para a formação de sujeitos sociais ao incentivar a participação coletiva e o fortalecimento de vínculos comunitários. Nas comunidades rurais, a escola se torna centro de convivência e de construção de projetos de vida baseados na cooperação.

O aprendizado que surge desse contexto valoriza o diálogo e a corresponsabilidade, princípios fundamentais da convivência democrática. Essa concepção amplia o horizonte educativo ao reconhecer que ensinar é também aprender com as práticas, histórias e modos de vida que constituem cada comunidade. Para Souza-Chaloba e Moraes (2022, p. 5).

A trajetória da educação rural no Brasil foi marcada por desigualdades e exclusões históricas, mas o campo resiste e se reinventa por meio da luta e da consciência coletiva. Essa resistência se manifesta nas práticas comunitárias, nas associações de agricultores e nos movimentos sociais que reivindicam o direito à terra e à educação de qualidade. Por meio dessas iniciativas, o campo reafirma sua força cultural e política, transformando a adversidade em espaço de aprendizado, solidariedade e emancipação social.

Essa constatação evidencia que a formação cidadã demanda uma pedagogia comprometida com a justiça social, capaz de revelar as causas das desigualdades e de mobilizar os estudantes para enfrentá-las. A escola do campo, ao promover o pensamento crítico e o reconhecimento das próprias raízes, transforma o ato de aprender em exercício de resistência e de afirmação do direito à cidadania.

A construção de uma educação rural emancipadora exige a revisão das políticas curriculares e permite aos alunos reconhecerem o valor de sua cultura e permanecerem na escola com sentido e pertencimento. Um currículo que dialogue com a realidade local permite aos alunos reconhecerem o valor de sua cultura e perceberem o campo como território de saberes legítimos. Essa adequação demanda uma gestão participativa, baseada na escuta das comunidades e na valorização de suas experiências. Quando o conteúdo escolar reflete o cotidiano rural, o processo de ensino-aprendizagem torna-se significativo e socialmente relevante.

A educação do campo também é instrumento de construção da identidade coletiva. Agostinho e Ribeiro (2023, p. 4) observam que “a valorização dos saberes populares fortalece a autoestima dos estudantes e desperta o sentimento de pertencimento comunitário”.

Nesse enquadramento analítico, a pedagogia da participação transforma o cotidiano escolar em espaço de autonomia e solidariedade, aproximando escola e comunidade em um mesmo propósito formativo. Essa integração entre prática e consciência consolida o protagonismo das populações rurais e reforça o papel social da educação como meio de emancipação.

A formação cidadã requer práticas pedagógicas que estimulem a reflexão crítica e a ação transformadora, no âmbito da EJA do Campo, considerando as trajetórias marcadas pela exclusão educacional e a necessidade de permanência com sentido no espaço escolar.

Projetos que abordam temas como sustentabilidade, direitos humanos e economia solidária aproximam os conteúdos escolares das realidades locais e favorecem a construção de aprendizagens socialmente significativas. Nesses contextos, os educandos compreendem que o exercício da cidadania se constitui a partir da cooperação, do diálogo e do compromisso com o território em que vivem. Ao adotar essa orientação pedagógica, a escola fortalece o sentimento de coletividade e contribui para o desenvolvimento de comunidades mais participativas, conscientes de sua trajetória histórica e de suas possibilidades de transformação social.

Entretanto, a educação rural ainda enfrenta desafios expressivos, especialmente no que diz respeito à precariedade da infraestrutura, à descontinuidade das políticas públicas e à desvalorização do trabalho docente. O enfrentamento desses obstáculos demanda investimentos consistentes em formação continuada e na garantia de condições dignas de trabalho para os professores que atuam no campo.

Conforme destacam Costa e Batista (2021, p. 9), a efetividade da educação rural está diretamente relacionada ao reconhecimento de suas especificidades e à formulação de estratégias políticas voltadas à permanência dos educandos. Garantir o acesso à educação de qualidade, nesse sentido, implica assegurar o direito à cidadania e à inclusão social.

Nesse cenário, estudos recentes reforçam que os limites enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos do Campo não se restringem a aspectos pedagógicos isolados, mas se vinculam a fragilidades estruturais mais amplas. Silva, Vargas e Ferreira (2022) apontam que os educandos da EJA do Campo apresentam trajetórias marcadas pela exclusão educacional e pela interrupção precoce da escolarização, o que exige práticas pedagógicas comprometidas com o reconhecimento dos saberes territoriais e com a construção da permanência escolar.

As autoras e autores evidenciam que a ausência de articulação entre escola, comunidade e políticas educacionais compromete a formação cidadã e limita o potencial emancipador da educação, reforçando a necessidade de propostas educativas orientadas pela justiça social e pelo fortalecimento dos vínculos com o território.

Apesar das dificuldades estruturais e da descontinuidade das políticas públicas, as experiências desenvolvidas no âmbito da Educação do Campo, especialmente na Educação de Jovens e Adultos, revelam significativo potencial de

transformação social. Projetos fundamentados na agroecologia, no cooperativismo e na cultura popular demonstram que o processo educativo pode emergir da prática social e a ela retornar como ação consciente e politicamente situada.

Essas iniciativas indicam que a formação cidadã se constrói no cotidiano, nas relações de solidariedade e na defesa do território, possibilitando que os educandos reconheçam a educação como direito e como instrumento de participação social. Quando a escola reconhece e fortalece tais práticas, afirma-se como espaço de acolhimento, resistência e construção de novos horizontes de vida.

Em síntese, a educação rural orientada para a formação cidadã, no contexto da Educação de Jovens e Adultos do Campo, reafirma o campo como território de cultura, memória e ação coletiva. A valorização dos saberes locais, aliada à promoção de processos de gestão democrática, contribui para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Ao favorecer a autonomia intelectual e a consciência crítica dos educandos, a escola do campo converte o processo educativo em experiência ética e emancipadora, fortalecendo o sentimento de pertencimento e o compromisso com a transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analítico desenvolvido neste estudo permitiu compreender que a Educação de Jovens e Adultos do Campo se constitui como um espaço educacional atravessado por profundas contradições históricas, sociais e territoriais, marcadas por processos persistentes de exclusão educacional.

Ao articular Educação do Campo e EJA, a pesquisa evidenciou que o retorno tardio à escola por parte de jovens, adultos e idosos do meio rural não pode ser interpretado como fracasso individual, mas como resultado de desigualdades estruturais que historicamente limitaram o acesso, a permanência e a continuidade dos processos de escolarização dessas populações.

A análise teórica realizada demonstrou que a cultura do campo, quando reconhecida como fundamento do processo educativo, contribui para a construção de práticas pedagógicas mais coerentes com a realidade dos educandos da EJA. Os saberes produzidos no trabalho agrícola, na convivência comunitária, nas narrativas orais e nas experiências de vida constituem referências indispensáveis para a organização do ensino, especialmente no que se refere à alfabetização. Ao assumir o território como espaço educativo e os sujeitos do campo como produtores de conhecimento, a escola rompe com currículos descontextualizados e com modelos urbanos de ensino que historicamente reforçaram mecanismos de exclusão.

No âmbito da alfabetização, os resultados da pesquisa indicam que práticas pedagógicas contextualizadas favorecem processos de inclusão educacional ao promoverem o reconhecimento simbólico dos educandos e o fortalecimento de sua autonomia intelectual.

A alfabetização, compreendida como prática social e política, ultrapassa a dimensão técnica da leitura e da escrita e passa a configurar-se como instrumento

de interpretação da realidade, afirmação identitária e exercício da cidadania. Essa perspectiva mostrou-se particularmente relevante na EJA do Campo, em que aprender a ler e escrever está diretamente relacionado à reconstrução do pertencimento social e à valorização das trajetórias de vida historicamente invisibilizadas.

O estudo também evidenciou que a formação cidadã na Educação de Jovens e Adultos do Campo se consolida por meio de práticas pedagógicas que articulam educação, território e justiça social. Projetos educativos fundamentados na agroecologia, no cooperativismo, na economia solidária e na valorização da cultura popular demonstram que a escola pode constituir-se como espaço de resistência, participação coletiva e construção de novos horizontes de vida. Nesse sentido, a cidadania não se apresenta como conceito abstrato, mas como experiência cotidiana construída nas relações de solidariedade, no compromisso com o território e na defesa dos direitos sociais.

Entretanto, a pesquisa reafirma que os avanços observados na EJA do Campo convivem com desafios significativos, como a descontinuidade das políticas públicas, a precarização das condições de funcionamento das escolas, a insuficiência de formação docente específica e a escassez de materiais pedagógicos contextualizados.

Essas limitações incidem diretamente sobre a permanência dos educandos e contribuem para a reprodução de processos de exclusão educacional. O enfrentamento dessas questões exige investimentos contínuos em políticas educacionais que reconheçam as especificidades territoriais do campo e assegurem condições dignas de trabalho docente e de aprendizagem.

Conclui-se que a Educação de Jovens e Adultos do Campo não pode ser concebida como ação compensatória ou secundária no sistema educacional brasileiro, mas como política estratégica de justiça social e de garantia do direito à educação ao longo da vida.

A valorização dos saberes locais, o diálogo entre conhecimento científico e experiência popular e a construção de práticas pedagógicas contextualizadas constituem caminhos potentes para a superação da exclusão educacional. Ao afirmar o campo como território de saberes, memória e produção cultural, a escola da EJA do Campo consolida-se como espaço de inclusão, emancipação e esperança, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fernando Donizete; ZANOTTO, Luana. **A função social da escola e a educação do campo: uma proposta humanizadora.** Revista NUPEM, v. 11, n. 22, p. 133-144, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/nupem/article/download/5581/3605/15151>. Acesso em: 18 dez. 2025.

CHAGAS, Rosilda Ribeiro; PASUCH, Jaqueline. **Práticas pedagógicas na alfabetização de uma turma multisseriada do campo.** Revista Eventos

Pedagógicos, Sinop, v. 7, n. 3, p. 1577-1603, ago./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/download/9867/6247>. Acesso em: 18 dez. 2025.

COSTA, Lucielio Marinho da; BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **O currículo na perspectiva da educação do campo: contraponto às políticas curriculares hegemônicas**. Revista Espaço do Currículo, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/58081>. Acesso em: 18 dez. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **A Questão Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIMA, Wanda Pereira de; PIATTI, Célia Beatriz. **Práticas pedagógicas em escolas do campo: análises em teses e dissertações**. In: CONEDU (Congresso Nacional de Educação), 2022. Anais... São Paulo: Editora Realize, 2022. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2022/TRABALHO_EV174_MD1_ID10432_TB105_17052022113052.pdf. Acesso em: 27 dez. 2025.

RIBEIRO, Keith Alves; AGOSTINHO, Ana Alice Freire. **Apontamentos sobre a educação do campo no Brasil: formação cidadã, identidade e saberes populares**. Anais... CONEDU 2023, São Paulo: Editora Realize, 2023. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV185_MD1_ID8720_TB5655_21112023000158.pdf. Acesso em: 18 dez. 2025.

SCHIAVINI, Márcia Albiero. **Alfabetização e letramento nas escolas do campo: práticas e desafios. 2018**. 192 f. Revista Educação em Debate, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 123-140, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/2198/1/SCHIAVINI.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2025.

SILVA, Gabriela Gomes da; VARGAS, Daiane Loreto de; FERREIRA, Aline Guterres. **Educação do campo e sucessão familiar: um olhar para a Casa Familiar Rural de Igrapiúna no Baixo Sul da Bahia**. Revista Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades, Teresina (PI), v. 4, n. 1, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/cedsd/article/view/2650/2400>. Acesso em: 16 dez. 2025.

SOUZA-CHALOA, Rosa Fátima de; MORAES, Agnes Iara Domingos. **200 anos de Educação Rural no Brasil: histórias de exclusão, abandono e discriminação**. Educação em Foco, v. 25, n. 46, 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/educacaoemfoco/article/view/6627/4203>. Acesso em: 05 jan. 2026.